município
BENAVENTE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA N.º 05/2026

RELATIVA À TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DO CORRENTE ANO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

Mandato autárquico 2025-2029

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, realizou-se a terceira sessão ordinária, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, relativa ao mandato autárquico de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove, com a seguinte **Ordem do Dia:**

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – Exercício de 2025 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos conjugados da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação atual e do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na redação atual;

PONTO 2 – PROPOSTA DE TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação atual;

PONTO 3 – PROPOSTA DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2026 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos conjugados da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual e do n.º 4 do art.º 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06;

PONTO 4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026 – Proposta de nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal das Contas do Município – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;

PONTO 5 – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual;

PONTO 6 – ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ENTRE O MUNICÍPIO E AS FREGUESIAS DA BARROSA; DE BENAVENTE, DE SAMORA CORREIA E DE SANTO ESTEVÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO, CONJUGADAMENTE, NO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30/04, E NA LEI N.º 50/2018, DE 16/10 – ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOIS FINANCEIROS E ADITAMENTOS POR ALTERAÇÃO DOS RESPETIVOS OBJETOS – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual;

PONTO 7 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÈRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento;

PONTO 8 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita da sra. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação vigente.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: Luís Miguel Neves Feitor, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Primeira Secretária da Mesa, Armando Batista de Almeida, Segundo Secretário da Mesa, Miguel de Oliveira Gonçalves, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Daniel Alexandre Custódio Manuel, Ivete Belo Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, e Jorge Manuel da Silva Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos em representação do PPD/PSD; - José Frederico Abecassis Dotti, Catarina Correia Mestre, Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Bruno Manuel Soares Nepomuceno, Paula Cristina da Costa Abrantes Almeida e Augusto Alves Marques, todos em representação do CHEGA; - António Paulo Ramos dos Reis, Rogério da Silva Justino, Joaquim Correia Castanheiro e Nelson José Pedro Lúcio, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação da CDU; - André Filipe Martins Porto, Marta Isabel Salsinha Rita e Carlos Luís Lopes Henriques, todos em representação do PS.

Justificaram as ausências os eleitos Inês Alexandra David da Silva Bastos, em representação única do CDS-PP, que foi substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves, Joaquim José Pereira Madruga, do Grupo Municipal da CDU, que foi substituído por Domingos Manuel Marques David Pereira, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, do Grupo Municipal do PSD, que não foi substituído, por impossibilidade dos restantes membros do Executivo da Junta o poderem fazer e Ana Sofia Pinheiro Ferreira Pederneira, do Grupo Municipal da CDU, que não foi, igualmente, substituída.

A Câmara Municipal de Benavente fez-se representar pela sua Presidente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, do PPD/PSD, estando ainda presentes os srs. Vereadores Paulo Sérgio Correia Abreu, igualmente do PPD/PSD, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, ambos em representação do Partido CHEGA, Hélio Manuel Faria Justino e Carlos Hipólito Falua, ambos em representação da CDU.

Constatada a existência de quórum, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal de Benavente** declarou aberta a sessão pelas dezoito horas e trinta e seis minutos, com a presença de vinte e um eleitos. Cumprimentou todos os membros dos órgãos autárquicos presentes, funcionários, comunicação social, público presente e cidadãos que acompanhavam a sessão através das plataformas digitais.

Deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

Registaram-se quatro inscrições: Carla Alves, Francisco Cordeiro, José Nunes e Alexandra Martins, todos residentes na freguesia de Samora Correia. Tendo em conta que as três primeiras inscrições representavam o mesmo grupo, **o Movimento mais Samora**, acordaram, entre si, que a intervenção seria assegurada pela sra. Carla Alves.

A cidadã **Carla Alves** interveio em defesa da restauração do concelho de Samora Correia. Referiu a relevância histórica da cidade, a sua anterior condição de sede de concelho, bem como a evolução demográfica, económica e territorial registada ao longo das últimas décadas. Considerou que Samora Correia reunia atualmente condições populacionais, económicas e administrativas que justificavam a

reposição da autonomia concelhia e apelou ao apoio dos eleitos municipais a esta pretensão. Procedeu ainda à apresentação de diversos elementos estatísticos e históricos relativos à freguesia.

No decorrer da sua intervenção, entraram na sala os seguintes eleitos: Paula Cristina da Costa Abrantes Almeida, do Grupo Municipal do CHEGA, às 18.41 horas, Rogério da Silva Justino e Nelson José Pedro Lúcio, ambos do Grupo Municipal da CDU, às 18.50 horas, passando o plenário a ser constituído por vinte e três eleitos, número que se manteve até ao final dos trabalhos da sessão.

Em representação da **associação Família de Estrada, a cidadã Alexandra Martins** expôs a atividade desenvolvida pela associação junto das comunidades itinerantes e das respetivas famílias, salientando o trabalho social, educativo e de integração que vinha sendo realizado ao longo dos últimos anos.

Referiu que a associação continuava a desenvolver a sua atividade sem dispor de instalações adequadas, circunstância que condicionava significativamente a qualidade do trabalho prestado e limitava a capacidade de resposta às necessidades das famílias acompanhadas.

Recordou os diversos contactos anteriormente mantidos com o Município, referindo que, apesar da disponibilidade manifestada pelo Executivo para encontrar uma solução, a situação permanecia por resolver.

Solicitou, por isso, que o Executivo Municipal assumisse um compromisso concreto relativamente à atribuição de uma sede condigna para a associação, considerando que, após vários anos de atividade e de colaboração com diversas entidades locais, estavam reunidas as condições para que essa necessidade fosse finalmente satisfeita.

Respondendo às questões colocadas, **a sra. Presidente da Câmara Municipal transmitiu o seguinte:**

Relativamente ao movimento **"Mais Samora"**, informou que o Executivo já havia reunido anteriormente com os seus representantes, designadamente em reunião de Câmara e, posteriormente, numa reunião alargada realizada nos Paços do Concelho, onde estiveram presentes todos os Vereadores, ocasião em que foram apresentadas as preocupações e propostas do movimento.

Em relação à **Associação Família de Estrada**, esclareceu que o processo de atribuição de instalações continuava em análise, encontrando-se a ser estudadas várias soluções juridicamente viáveis. Explicou que as diferentes alternativas estavam a ser apreciadas pelos serviços jurídicos municipais, de forma a assegurar a legalidade dos procedimentos e a salvaguarda dos interesses, quer do Município, quer da associação. Acrescentou que, logo que essa análise estivesse concluída, o Vice-Presidente da Câmara manteria contacto com a associação para apresentação das soluções consideradas viáveis.

Findo o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, o sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS: o sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação a **ata da segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de abril de 2026**, dispensada que foi a sua leitura, nos termos do n.º 4 do Decreto-Lei número 45362, de 21/11/1963.

Informou previamente que fora corrigida uma omissão na lista de presenças, passando a constar o nome da Deputada Municipal **Inês David Bastos, do Grupo Municipal do CDS-PP**.

Não tendo sido apresentadas propostas de alteração ao respetivo texto, a ata foi submetida a votação. Registou-se que **Paula Cristina Costa Abrantes Almeida** (CHEGA), **Pedro Miguel Faria Gonçalves** (CDS-PP) e **Domingos Manuel Marques David Pereira** (CDU) não participaram na votação por ausência na sessão a que a ata dizia respeito.

A ata foi aprovada por unanimidade dos membros com direito de voto.

- MENÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: o sr. Presidente da Assembleia Municipal informou, ainda, que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível para consulta na Mesa.

- APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL, COM A INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS:

Em representação do **Grupo Municipal do CHEGA**, a eleita **Paula Cristina Costa Abrantes Almeida** manifestou preocupação relativamente ao estado de diversas infraestruturas municipais, à segurança rodoviária e às condições de circulação em diferentes zonas do concelho. Solicitou esclarecimentos sobre o andamento de empreitadas anteriormente anunciadas, designadamente, sobre o ponto de situação do processo de implementação do **sistema de videovigilância no concelho**, quanto às diligências efetuadas, autorizações obtidas, zonas abrangidas e prazo previsível para a instalação e entrada em funcionamento do sistema.

O eleito Domingos David (CDU) chamou a atenção para a falta de manutenção urbana no Bairro 1.º de Maio, em Benavente, designadamente odores provenientes das sarjetas, dos sumidouros, falta de limpeza e proliferação de ervas nos passeios, solicitando intervenção das entidades competentes.

A eleita Marta Salsinha (PS) felicitou o atleta Gonçalo Guedes pela sua participação no Mundial de Futebol e manifestou preocupação com o estado de degradação da ponte pedonal sobre a Vala Nova, em Benavente. Questionou o Executivo sobre a interdição do acesso, os pedidos de financiamento para reparação e a inclusão dos danos nos levantamentos efetuados após intempéries.

O eleito Pedro Gonçalves (CDS-PP) felicitou a Comissão da Sardinha Assada de Benavente e todos as entidades envolvidas na organização das festividades, destacando a projeção do concelho proporcionada pelo evento.

A eleita Catarina Mestre (Chega) questionou eventuais alterações futuras à localização dos curros da Picaria durante a Festa da Sardinha Assada, em Benavente, defendendo a preservação das tradições locais.

O eleito Augusto Marques (Chega) alertou para o estado de degradação de várias estradas nacionais e municipais, defendendo intervenções de reabilitação e uma articulação mais efetiva entre o Município e as Infraestruturas de Portugal.

O eleito Paulo Reis (CDU) apresentou um conjunto de felicitações a associações, coletividades e promotores de eventos realizados no concelho. Questionou ainda o Executivo acerca do apoio prestado ao movimento associativo, da execução de empreitadas municipais, do desenvolvimento dos projetos habitacionais financiados pelo PRR, assim como da contratação de serviços externos de comunicação institucional, destacando a necessidade de assegurar a continuidade dos investimentos públicos e a defesa dos serviços municipais.

O eleito Carlos Henriques (PS) comentou a intervenção do movimento Mais Samora, considerando legítima a aspiração à restauração do concelho de Samora Correia. Entendeu que o sucesso da iniciativa dependeria do trabalho desenvolvido junto dos grupos parlamentares da Assembleia da República.

O eleito José Dotti (Chega) manifestou preocupação com agressões ocorridas durante a Festa da Amizade, em Benavente, defendendo o reforço de medidas de segurança e solicitando esclarecimentos sobre o plano de segurança adotado, avaliação dos riscos e sobre a articulação entre a autarquia e as forças de segurança.

O eleito André Porto (PS) questionou o Executivo relativamente ao funcionamento dos serviços da Segurança Social em Samora Correia, das juntas médicas e do apoio prestado à associação Refúgio Vital e ao canil municipal.

Em resposta às questões suscitadas, a sra. Presidente da Câmara Municipal prestou os seguintes esclarecimentos:

Relativamente ao tema da **segurança**, informou que o **processo de videovigilância** se encontrava em tramitação junto das entidades competentes, encontrando-se dependente da obtenção dos pareceres e autorizações legalmente exigidos. Referiu que o Município tinha vindo a desenvolver os trabalhos preparatórios necessários, encontrando-se identificados os locais considerados prioritários para instalação dos equipamentos, tendo em consideração critérios de segurança e prevenção. Manifestou expectativa de que os procedimentos pudessem ficar concluídos até ao final do ano, permitindo o avanço do projeto.

Ainda em relação ao tema da **segurança**, mencionou **a edição 2026 da Festa da Sardinha Assada, de Benavente**, lamentando os incidentes ocorridos. Referiu, contudo, que a avaliação global efetuada permitia

concluir que o evento decorreu com elevados níveis de participação e com indicadores de segurança globalmente positivos. Explicou que existiu articulação entre o Município, as forças de segurança e as restantes entidades envolvidas na organização, tendo sido implementadas as medidas consideradas adequadas ao contexto do evento.

Ao **eleito Domingos David (CDU)**, esclareceu que os assuntos relacionados com a **limpeza urbana** naquela zona se enquadravam nas competências delegadas na Junta de Freguesia de Benavente, a quem compete a sua gestão. Acrescentou que a mesma tem vindo a adquirir equipamento novo e que esse tipo de trabalho se encontra a decorrer.

Em resposta à **eleita Marta Salsinha (PS)**, informou que a situação da **ponte pedonal sobre a Vala Nova** era do conhecimento do Executivo municipal. Esclareceu que os danos identificados na infraestrutura tinham sido incluídos no levantamento de prejuízos efetuado na sequência dos fenómenos meteorológicos adversos registados anteriormente, encontrando-se o Município a procurar enquadramento financeiro que permitisse suportar a respetiva reparação. Acrescentou que a segurança dos utilizadores constituiu o principal critério na decisão de limitar a utilização da ponte até que estivessem reunidas condições para a sua intervenção.

Em relação ao **eleito Pedro Gonçalves (CDS/PP), que saudou a Festa da Sardinha Assada de Benavente,** sublinhou que se trata efetivamente de um dos maiores eventos que se realizam no concelho, a par de outros tantos que se vêm realizando desde fevereiro, como o Carnaval de Samora Correia, ou de abril, como a Feira Anual de Samora Correia, a Semana Taurina, o Samora Equestre, assim como os Fins de Semana de Freguesia.

Nesse sentido e dirigindo-se, igualmente, ao eleito Paulo Reis, frisou que o Município de Benavente continua a ajudar todas as suas Associações, sem qualquer impedimento, com uma resposta que considerou positiva. Na oportunidade, deixou um reconhecimento público a todos os funcionários municipais, principalmente, os que estão ligados aos estaleiros, pelo seu empenho, disponibilidade e dedicação ao trabalho durante a organização das Festas tradicionais do Concelho, contribuindo para a sua boa organização e sucesso.

Relativamente à **localização dos curros da Picaria**, afirmou que, enquanto exercesse funções como Presidente da Câmara, não estava prevista qualquer alteração à localização atualmente utilizada, considerando tratar-se de uma componente importante da tradição e identidade das festas.

Aproveitou para **saudar a Comissão da Festa da Sardinha Assada e a da Picaria,** parabenizando, também, a nova Comissão para 2027, que irá dar, certamente, continuidade a uma Festa que é reconhecida em todo o País pelas suas características únicas, que faz dela um bom cartão de visita do Concelho.

Em resposta ao eleito **Augusto Marques (Chega)**, reconheceu a existência de **problemas em diversos troços rodoviários do concelho**, esclarecendo que algumas situações dependiam diretamente das Infraestruturas de Portugal, **como o caso da EN 118, cuja reabilitação está prevista para 2027**. Acrescentou que se trata de

um projeto sujeito a ajustes, decorrentes da construção do novo Aeroporto de Lisboa, obra que irá implicar um conjunto de novas infraestruturas de âmbito rodoviário e ferroviário, de grande dimensão, que espera virem de encontro às necessidades do Concelho.

Recordou que o distrito de Santarém irá receber o maior nível de investimento público no País, permitindo reforçar o seu grau de competitividade, de forma a crescer mais e melhor. Sublinhou a necessidade de serem aproveitados todos esses recursos disponíveis para avançar com obras prioritárias no Concelho, que beneficiem a qualidade de vida dos seus munícipes.

Respondendo ao eleito **André Porto (PS)**, informou que o Município continuava a acompanhar junto das entidades competentes os **constrangimentos relacionados com os serviços da Segurança Social e com a realização de juntas médicas.** Reconheceu tratar-se de matérias particularmente sensíveis para a população e garantiu que a autarquia continuaria a diligenciar com as entidades tutelares no sentido da melhoria da resposta prestada aos munícipes.

Relativamente ao **Refúgio Vital e ao funcionamento do canil municipal**, destacou o trabalho desenvolvido pelas associações de proteção animal e pelos serviços municipais. Referiu que o Município procurava manter uma relação de colaboração com as entidades envolvidas na proteção e bem-estar animal, reconhecendo as dificuldades existentes, mas, também, os progressos alcançados nesta área.

Relativamente ao **Veterinário Municipal**, informou que se aguarda a comunicação do resultado do período experimental por parte da sua atual Entidade empregadora, a DGAV-Direção Geral de Alimentação e Veterinária, tendo em conta que só depois se poderá avançar com a abertura do concurso para preenchimento do lugar deixado vago, sendo que as suas funções estão a ser asseguradas por colegas dos Municípios vizinhos, conforme procedimento habitual nestes casos.

Naquilo que diz respeito às **passadeiras sobrelevadas e às intervenções na rede viária**, explicou que os serviços municipais continuavam a proceder ao levantamento das necessidades existentes, encontrando-se igualmente em curso procedimentos relacionados com uma empreitada já adjudicada, cujos atrasos haviam motivado a intervenção dos serviços jurídicos municipais.

Salientou a **reativação do GAMA-Gabinete de Apoio Municipal ao Associativismo**, com um novo logotipo e uma funcionária adstrita, com o objetivo de responder à vitalidade própria daquilo que marca o Movimento associativo do Município.

Em resposta à intervenção do eleito Paulo Reis (CDU), a sra. Presidente da Câmara informou que o objetivo do Município consistia em concluir, com a maior brevidade possível, **as requalificações habitacionais financiadas pelo PRR**, apesar da prorrogação do prazo de execução até 30 de agosto, entretanto, concedida pelo Governo, Referiu que o Município aguardava ainda a disponibilização de apoios complementares por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, esclarecendo, contudo, que, após o termo do prazo inicialmente previsto, o financiamento passaria a ser assegurado em 85% pelo Orçamento do Estado,

reduzindo-se para 75% caso as intervenções não estivessem concluídas até dezembro. Acrescentou que as informações recolhidas junto de diversas entidades apontavam para a disponibilização de novos financiamentos destinados à área da habitação, atendendo à escassez habitacional que afetava o país. Salientou ainda que, desde o início do mandato, já tinham sido entregues habitações reabilitadas a várias famílias e recuperados alguns fogos municipais anteriormente desocupados, os quais, mediante pequenas intervenções, passaram a estar disponíveis para apoiar o processo de realojamento temporário. Explicou que a execução das obras de reabilitação habitacional exigia soluções de alojamento transitório para as famílias abrangidas, aspeto que, em seu entender, não tinha sido devidamente acautelado na conceção inicial do programa. Considerou que a recuperação e colocação em uso de habitações municipais, anteriormente devolutas, permitiu acelerar a concretização das intervenções, reiterando, por fim, que o objetivo do Município permanecia o de concluir todas as obras com a maior rapidez possível.

Relativamente às dúvidas suscitadas quanto à **contratação de serviços de comunicação institucional**, esclareceu que a opção adotada pelo Executivo visava melhorar a divulgação da atividade municipal e reforçar os mecanismos de comunicação com os munícipes.

Defendeu que uma comunicação mais eficaz permitia uma maior aproximação entre a Câmara Municipal e os cidadãos, por via de um trabalho articulado conjunto com os serviços de Turismo e o GIRP, resultando num novo modelo organizativo, numa nova abordagem, com o recurso a parceiros privados que queiram investir no Município. Para isso, é necessária uma maior divulgação, onde todos esses fatores se conjugam.

Complementou que a empresa externa foi contratada através de um concurso transparente, que decorreu no serviço de compras da Câmara Municipal, cumprindo com todos os requisitos da Contratação Pública.

Terminado o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS, o sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao PERÍODO DE APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DOCUMENTOS, recordando as regras previamente definidas quanto à entrega desses documentos e tempos de intervenção:

Documento 1 – Recomendação à Câmara Municipal de Benavente sobre a necessidade de verificação de manutenção das bocas de incêndio no concelho, da iniciativa do Grupo Municipal do Partido CHEGA:

O eleito Bruno Nepomuceno (CHEGA) apresentou o documento, alertando para a importância de garantir o correto funcionamento das bocas de incêndio existentes no concelho, sobretudo perante o aumento do risco de incêndio durante os meses de verão. Os proponentes defenderam que deveria ser promovida uma verificação regular destes equipamentos, assegurando a sua operacionalidade e a rápida deteção de avarias ou situações de degradação, consideradas essenciais para a proteção de pessoas e bens.

Inscreveram-se para o debate, **os eleitos Paulo Reis (CDU) e André Porto (PS)**, tendo ambos manifestado a sua concordância com o objetivo da proposta, reconhecendo a relevância da prevenção e da prontidão operacional dos meios de combate a incêndios.

Submetida a votação, a Recomendação, referenciada como Documento 1, foi aprovada por unanimidade, constituindo o Anexo número um à presente ata, da qual faz parte integrante.

Documento 2 – Recomendação À Câmara Municipal de Benavente para que promova o procedimento conducente à elaboração de um Regulamento Municipal para a Gestão Integrada das Infraestruturas Técnicas no Espaço Público, da iniciativa do Grupo Municipal do CDS/PP:

O eleito Pedro Gonçalves (CDS/PP) procedeu à leitura do documento, referindo que a instalação sucessiva de infraestruturas de diferentes operadores no espaço público originava intervenções repetidas na via pública, com impactos negativos na mobilidade, na segurança e na conservação dos pavimentos.

Defendeu a necessidade de o Município promover uma revisão dos mecanismos de coordenação entre as diversas entidades responsáveis por infraestruturas subterrâneas e aéreas, procurando minimizar intervenções sucessivas nos mesmos locais e melhorar o planeamento das obras.

Inscreveram-se discutir o assunto **os eleitos André Porto (PS) e Paulo Reis (CDU)**, tendo ambos manifestado, novamente, concordância com a necessidade de reforçar a coordenação e o planeamento das intervenções no espaço público, reconhecendo as dificuldades frequentemente causadas pela abertura repetida de valas e pela reposição nem sempre adequada dos pavimentos.

Submetida a votação, a Recomendação, referenciada como documento 2 foi aprovada por unanimidade, constituindo o Anexo número dois à presente ata, da qual faz parte integrante.

Documento 3 – Recomendação à Câmara Municipal de Benavente para que adote medidas que garantam a mobilidade dos munícipes durante o período em que decorrem as obras de reabilitação da Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira, da iniciativa do Grupo Municipal do PS:

A Recomendação foi apresentada pelo eleito André Porto (PS), visando que o Município continuasse a desenvolver diligências junto das entidades competentes para assegurar medidas que minimizassem os impactos das obras de reabilitação da Ponte Marechal Carmona, na circulação entre as duas margens do Tejo, designadamente através da gratuitidade da utilização da Ponte da Lezíria durante o período de execução da empreitada.

Defendeu que a Assembleia Municipal deveria assumir uma posição formal sobre uma matéria de manifesto interesse para os munícipes do concelho, considerando que os constrangimentos decorrentes das obras justificavam a adoção de medidas excecionais que protegessem a população.

Inscreveram-se para a sua discussão, os seguintes eleitos: Miguel Gonçalves, Cristina Brandão, Paulo Reis, André Porto, Marta Salsinha, Rui Feijoca e Cristina Branco.

Os eleitos Miguel Gonçalves (PSD), Rui Feijoca (PSD) e Cristina Brandão (CHEGA) reconheceram a relevância da preocupação, entendendo, contudo, que o Executivo Municipal já desenvolvera diligências junto das entidades competentes, designadamente, no sentido de solicitar a isenção temporária de portagens e outras medidas destinadas a minimizar os impactos da obra.

Nesse sentido, sustentaram que a sua aprovação não acrescentaria qualquer utilidade prática, já que o documento se revelava redundante face às iniciativas entretanto assumidas pela Câmara Municipal, pelo que a sua votação foi considerada desnecessária, sugerindo a sua retirada.

Em sentido diferente, **os eleitos Paulo Reis (CDU), Marta Salsinha (PS) e Carlos Henriques (PS),** transmitiram que, independentemente dos desenvolvimentos entretanto ocorridos, a Recomendação mantinha plena oportunidade política e institucional. Defenderam que a Assembleia Municipal tinha legitimidade para se pronunciar sobre o assunto e que a existência de diligências em curso não retirava utilidade a uma tomada de posição formal do órgão deliberativo, considerando, por isso, que a Assembleia Municipal não deveria abdicar de se pronunciar sobre uma preocupação amplamente partilhada pela população.

No seguimento, o representante do **Grupo Municipal do Partido Socialista, André Porto,** esclareceu que a Recomendação fora elaborada e remetida antes de o Município ter tornado públicas essas diligências, salientando que, à data da sua apresentação, não existia qualquer informação oficial sobre a posição da Câmara Municipal. Defendeu, por isso, que não poderia ser imputada ao seu Grupo Municipal qualquer duplicação de iniciativas, uma vez que a Recomendação antecedera a divulgação pública da atuação do Executivo.

O debate centrou-se, assim, não apenas no conteúdo da recomendação, mas também na conveniência da sua manutenção para apreciação e votação.

Depois de discutida a questão, **a eleita Cristina Branco e Primeira-Secretária da Mesa (PSD)** verificou que o Regimento era omisso quanto à matéria e como tal prevaleceu o entendimento de que o documento deveria manter-se em apreciação, tendo a recomendação sido submetida à votação da Assembleia Municipal.

Concluída a discussão, a Recomendação, referenciada como Documento 3 foi submetida a votação, tendo sido rejeitada por maioria de votos, com quinze votos contra, sendo oito do PSD, um do CDS/PP e seis do CHEGA e oito votos a favor, sendo cinco da CDU e três do PS.

Na declaração de voto apresentada pelo **eleito Pedro Gonçalves (CDS/PP)** afirmou que o voto desfavorável resultara exclusivamente do entendimento de que o Executivo já assumira publicamente aquela posição, defendendo que a reivindicação deveria ser entendida como um objetivo comum do concelho e não como iniciativa exclusiva de qualquer força política.

Também **a eleita Catarina Mestre (CHEGA)** esclareceu que o sentido de voto do respetivo Grupo Municipal decorrera da circunstância de considerar que a recomendação reproduzia diligências, entretanto, já

desencadeadas pela Câmara Municipal, não colocando em causa a pertinência do tema nem a preocupação demonstrada pelo Partido Socialista.

Em representação da **CDU**, **o eleito Paulo Reis** referiu que, embora reconhecesse a importância das iniciativas entretanto desenvolvidas pelo Executivo, a recomendação abrangia matérias mais amplas do que a mera questão das portagens, incluindo outros aspetos relacionados com os impactos da empreitada sobre o concelho. Considerou, por isso, que o conteúdo do documento mantinha utilidade política e institucional, defendendo que essas preocupações deveriam ficar expressamente registadas e consideradas pelo Município.

Documento 4 – Moção em defesa da manutenção do SAP-Serviço de Atendimento Permanente de Benavente, da iniciativa do Grupo Municipal da CDU:

A Moção foi apresentada pelo **eleito Domingos David Pereira (CDU).** Na fundamentação do documento, sublinhou que diversas entidades locais haviam denunciado situações de não encaminhamento de utentes para aquele serviço, privilegiando outras respostas assistenciais, circunstância que poderia contribuir para uma diminuição artificial da atividade do SAP e favorecer futuras tentativas de redução ou encerramento do serviço.

Defendeu que a Assembleia Municipal deveria manifestar de forma inequívoca a sua oposição a qualquer estratégia suscetível de enfraquecer aquele equipamento de saúde, reafirmando a necessidade da sua manutenção em pleno funcionamento e da salvaguarda do direito das populações a cuidados de saúde de proximidade.

Durante o debate, vários eleitos manifestaram posições divergentes.

Os representantes do **PSD, Rui Feijoca** e do **CDS-PP, Pedro Gonçalves** referiram que tinham sido recentemente prestados esclarecimentos por responsáveis da Unidade Local de Saúde, dos quais resultava não existir qualquer decisão de encerramento ou desativação do serviço.

Sustentaram, por isso, que a Moção partia de pressupostos que não correspondiam à informação oficialmente disponível.

Por seu lado, **o eleito Domingos David Pereira (CDU)** defendeu que a Moção tinha natureza preventiva e que se justificava uma tomada de posição política da Assembleia Municipal em defesa da manutenção dos serviços de saúde existentes no concelho, posição que foi partilhada pelo **eleito André Porto (PS).**

Concluída a discussão, a Recomendação, referenciada como Documento 4 foi submetida a votação, tendo sido rejeitada por maioria de votos, com quinze votos contra, sendo oito do PSD, um do CDS/PP e seis do CHEGA e oito votos a favor, sendo cinco da CDU e três do PS.

Documento 5 – Moção em defesa da Regionalização, da iniciativa do Grupo Municipal da CDU:

O eleito Nelson Lúcio (CDU) leu o Documento, considerando a Regionalização como sendo um instrumento essencial para a descentralização e desenvolvimento equilibrado do território. Defendeu que a criação das regiões administrativas representaria um instrumento importante para promover a descentralização, reduzir assimetrias territoriais e melhorar a capacidade de planeamento e investimento das diferentes regiões.

Inscreveram-se para a sua discussão, os seguintes eleitos: Pedro Gonçalves, Paula Almeida, André Porto, Paulo Reis e Miguel Gonçalves.

No período de debate, o eleito **Pedro Gonçalves**, em representação do **Grupo Municipal do CDS-PP**, manifestou oposição à Moção.

Referiu que o processo de regionalização fora objeto de referendo nacional em 1998, tendo a proposta sido rejeitada pela maioria dos eleitores, circunstância que, no seu entendimento, deveria continuar a ser respeitada. Considerou que a Assembleia Municipal deveria centrar a sua atividade nas matérias diretamente relacionadas com os interesses do concelho, defendendo que a verdadeira descentralização passava pelo reforço das competências municipais e não pela criação de novos níveis de administração territorial. Acrescentou que a transferência de competências para os Municípios constituía um instrumento mais adequado para aproximar a decisão política das populações.

Em representação do **Grupo Municipal do CHEGA**, **Paula Almeida** declarou acompanhar a posição anteriormente expressa pelo CDS-PP.

Defendeu que qualquer reabertura do processo de regionalização deveria ser precedida de novo referendo nacional, por considerar que essa matéria havia sido anteriormente decidida pelos cidadãos. Acrescentou que a criação de regiões administrativas poderia traduzir-se num aumento da estrutura administrativa e dos custos de funcionamento do Estado, entendendo que deveriam ser privilegiados os atuais mecanismos de descentralização e de transferência de competências para as autarquias locais.

Pelo **Grupo Municipal do Partido Socialista**, **André Porto** reiterou que o Partido Socialista continuava a defender a regionalização enquanto instrumento de descentralização e de promoção de um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

Esclareceu, contudo, que esse processo apenas faria sentido caso fosse acompanhado por uma efetiva transferência de competências, recursos financeiros e capacidade de decisão para os órgãos regionais, considerando que a mera criação de novas estruturas administrativas não responderia aos objetivos da descentralização. Nestes termos, informou que o Grupo Municipal acompanharia a Moção apresentada.

Em representação do **Grupo Municipal da CDU**, **Paulo Reis** respondeu às intervenções anteriores, defendendo que o resultado do referendo realizado em 1998 não impedia que a matéria voltasse a ser debatida em democracia.

Recordou que a regionalização permanecia consagrada na Constituição da República Portuguesa, considerando que o modelo atualmente existente de transferência de competências para as autarquias revelava limitações significativas, designadamente pela insuficiência dos recursos financeiros associados às novas responsabilidades atribuídas aos municípios.

Sustentou que uma verdadeira regionalização permitiria uma descentralização mais eficaz, com maior capacidade de decisão ao nível regional e uma distribuição mais equilibrada dos recursos públicos, defendendo igualmente que o atual modelo assente nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional não assegurava um nível suficiente de legitimidade democrática.

Em representação do **Grupo Municipal do PSD, Miguel Gonçalves** manifestou oposição à Moção. Considerou que a iniciativa não correspondia a uma preocupação efetiva com a concretização da regionalização, mas antes a uma oportunidade de afirmação política da CDU. Sustentou que, durante os períodos em que a CDU apoiou soluções governativas do Partido Socialista, designadamente no âmbito da denominada "geringonça" e da aprovação de sucessivos Orçamentos do Estado, não promoveu as iniciativas legislativas ou políticas necessárias à concretização daquele objetivo, apesar de dispor de condições para o fazer. Defendeu, por isso, que a apresentação da Moção carecia de coerência política, concluindo que o PSD votaria contra a sua aprovação.

Sujeita a votação, a Moção, referenciada como Documento 5, foi rejeitada por maioria de votos, com quinze votos contra, sendo oito do PSD, um do CDS/PP e seis do CHEGA e oito votos a favor, sendo cinco da CDU e três do PS.

Terminado o PAOD-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA e antes da passagem ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal**, de acordo com o combinado previamente com os representantes de todos os Grupos Municipais, em sede de Conferência de Representantes, **interrompeu os trabalhos da sessão pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos** para que os eleitos pudessem usufruir de uma refeição ligeira. Os trabalhos foram **retomados às vinte e uma horas e trinta minutos.**

Iniciou-se o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – Exercício de 2025 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos conjugados da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação atual e do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na redação atual:

Ao enquadrar a matéria, **a sra. Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que se tratava de uma obrigação legal decorrente da participação do Município na empresa intermunicipal **Águas do Ribatejo**. Referiu que a consolidação das contas refletia, essencialmente, a integração da participação financeira do Município nos resultados daquela entidade, correspondente a uma participação de **16,44%**, da qual resultava um valor positivo de **260.458,42 euros**, a incorporar nas contas consolidadas municipais.

Não houve inscrições para debate pelo que, sujeitos a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - Exercício de 2025. (PONTO 1)

PONTO 2 - Proposta de Terceira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026: - Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação atual:

Ao contextualizar o assunto, a sra. Presidente da Câmara Municipal referiu que a revisão contemplava o reforço de dotações financeiras para investimentos em curso e para novas iniciativas, permitindo adequar os instrumentos de gestão financeira às necessidades entretanto identificadas pelos serviços municipais e garantindo a prossecução dos objetivos definidos para o exercício económico de 2026.

Explicou que tinha sido libertada uma verba inicialmente prevista para a Escola Secundária de Samora Correia que, naquele momento, não se revelava necessária, permitindo a sua reafectação a outros projetos e necessidades.

Indicou que parte das verbas seria destinada à realização da Feira Anual de Benavente, explicando que tal reforço estava relacionado com a possibilidade de enquadramento em candidaturas e apoios externos, *não significando necessariamente um aumento de despesa efetiva*. Referiu, ainda, os ajustamentos efetuados relativamente à cooperação com a CIMLT, à equipa de sapadores florestais e a outras necessidades decorrentes da atualização das projeções financeiras municipais até ao final do exercício.

Não houve inscrições para debate, pelo que, sujeita a votação, foi deliberado aprovar, por maioria, a proposta de TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026, com dezoito votos a favor, sendo oito do PSD, um do CDS, seis do CHEGA e três do PS e cinco abstenções da CDU. (PONTO 2)

Após a votação da proposta, foram produzidas declarações de voto pelos eleitos **Rogério Justino (CDU)** e **Cristina Brandão (Chega)**.

Declaração de Voto de Rogério Justino (CDU):

O eleito justificou a abstenção da CDU, em coerência com a posição já assumida pelos seus Vereadores *durante a discussão do assunto na reunião da Câmara Municipal*, relativamente à afetação de verbas associadas à nova solução prevista para a organização da Feira de Benavente. Referiu que a CDU mantinha discordâncias quanto ao modelo adotado pelo Executivo para a realização do certame, considerando que existiam aspetos que mereciam maior reflexão e acompanhamento.

Declaração de Voto de Cristina Brandão (Chega):

Por sua vez, **Cristina Brandão (CHEGA)** declarou o voto favorável à proposta, justificando essa posição com o entendimento de que o novo modelo organizativo permitiria reduzir a sobrecarga de trabalho dos funcionários municipais, particularmente daqueles que, durante vários meses do ano, eram chamados a

assegurar a montagem e desmontagem dos eventos municipais, através da realização de elevado número de horas extraordinárias.

Sustentou que a externalização parcial da organização da Feira Anual constituía uma medida de racionalização da gestão municipal, permitindo libertar recursos humanos para as respetivas funções permanentes e garantindo maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Referiu ainda que o Município deveria reforçar os mecanismos de controlo da assiduidade e da gestão do trabalho suplementar, defendendo uma maior transparência na organização dos serviços municipais e na utilização dos recursos financeiros afetos ao pessoal.

Após as declarações de voto, o eleito **Daniel Manuel (PSD)** pediu autorização para usar da palavra, que foi concedida.

Durante a sua intervenção, o eleito **Paulo Reis (CDU)** suscitou uma questão regimental, considerando que a matéria que estava a ser abordada extravasava o âmbito da discussão do ponto.

Na sequência dessa observação e após intervenção da Mesa, o eleito **Daniel Manuel (PSD)** prescindiu do uso da palavra.

Prosseguiram os trabalhos da sessão.

PONTO 3 – Proposta de Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal 2026 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos conjugados da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual e do n.º 4 do art.º 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06:

A sra. Presidente da Câmara Municipal justificou a proposta com a crescente exigência colocada aos serviços municipais pelo aumento da atividade e da população do concelho.

Explicou que a alteração visava consolidar algumas situações funcionais existentes e reforçar recursos humanos em áreas consideradas prioritárias. Referiu, designadamente, a consolidação de carreiras ligadas às áreas do teatro, animação e produção artística, bem como a abertura de novos postos de trabalho para motorista de veículos ligeiros, canalizador e assistentes operacionais.

Acrescentou que a necessidade de reforço resultava igualmente da assunção direta pelo Município da gestão dos jardins na freguesia de Benavente e da necessidade de garantir melhor resposta nos estabelecimentos de ensino através do recrutamento de auxiliares de ação educativa.

Para a discussão do Ponto, inscreveu-se o eleito **Paulo Reis (CDU)**. Referiu que a CDU acompanhava favoravelmente o reforço dos recursos humanos municipais, reconhecendo a necessidade de dotar os serviços da Câmara de meios adequados para responder ao aumento das responsabilidades e exigências colocadas ao Município.

Considerou positivo o reforço de trabalhadores em áreas operacionais e técnicas, sublinhando a importância da valorização dos recursos humanos municipais para assegurar a qualidade dos serviços prestados à população.

Referiu que a resolução da sobrecarga de trabalho dos funcionários deveria passar prioritariamente pelo reforço dos recursos humanos do Município, defendendo que essa solução era mais adequada do que o recurso sistemático à contratação externa para assegurar atividades municipais.

Não obstante esse entendimento favorável, registou algumas preocupações relativamente à evolução das necessidades futuras dos serviços municipais, decorrentes do crescimento do concelho e do aumento das competências atribuídas às autarquias.

Não se registaram outras intervenções.

Submetida a votação foi deliberado aprovar, por unanimidade, a Proposta de SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2026. (Ponto 3)

PONTO 4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026 – Proposta de nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal das Contas do Município – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual:

Na apresentação da proposta, **a sra. Presidente da Câmara Municipal** informou que, na sequência do procedimento adotado, o Executivo propunha a manutenção do Revisor Oficial de Contas que vinha assegurando aquelas funções, considerando que a continuidade permitiria preservar o conhecimento acumulado sobre a atividade municipal e assegurar estabilidade no acompanhamento técnico e financeiro do Município.

Inscrições para intervir não houve.

Sujeito a votação foi deliberado por unanimidade nomear o auditor externo responsável pela certificação legal das Contas do Município, para o exercício de 2026, nos termos constantes do projeto de decisão da Câmara Municipal, aprovado em sua reunião ordinária de 15 de junho de 2026, referente ao processo DMGF_SOCA_053/2026, de 03 de junho de 2026. (Ponto 4)

PONTO 5 – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual:

No uso da palavra, a sra. Presidente da Câmara Municipal transmitiu que a proposta resultava de vários meses de trabalho conjunto entre os serviços municipais e os executivos das quatro Juntas de Freguesia do concelho.

Referiu que o processo fora conduzido numa lógica de cooperação institucional, permitindo adequar o âmbito das competências delegadas às necessidades e capacidade de resposta de cada freguesia.

Informou, ainda, que os respetivos contratos já haviam sido aprovados, por unanimidade, pelas Assembleias de Freguesia, refletindo o consenso alcançado entre o Município e os órgãos autárquicos das freguesias.

Acrescentou que algumas freguesias passariam a assumir novas competências, correspondendo à vontade manifestada pelos respetivos Executivos e à evolução do modelo de descentralização administrativa prosseguido pelo Município.

Não se registaram intervenções.

Submetido a votação foi deliberado autorizar, por unanimidade, a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas quatro freguesias do Município de Benavente, nos termos da proposta da Câmara Municipal n.º 17.523/2026, de 27 de maio, aprovada em sua reunião ordinária de 01 de junho de 2026. (Ponto 5)

PONTO 6 – ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ENTRE O MUNICÍPIO E AS FREGUESIAS DA BARROSA; DE BENAVENTE, DE SAMORA CORREIA E DE SANTO ESTEVÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO, CONJUGADAMENTE, NO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30/04, E NA LEI N.º 50/2018, DE 16/10 – ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOIS FINANCEIROS E ADITAMENTOS POR ALTERAÇÃO DOS RESPETIVOS OBJETOS – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual:

Na apresentação da proposta, **a sra. Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que as alterações decorriam da necessidade de atualizar os recursos financeiros associados às competências já transferidas, bem como de ajustar alguns dos respetivos objetos em função da experiência adquirida durante a execução dos acordos.

Sublinhou que as alterações propostas haviam resultado de um processo de diálogo com as Juntas de Freguesia, procurando garantir uma correspondência equilibrada entre as competências exercidas e os meios financeiros disponibilizados.

Inscrições para debate não houve.

Submetido a votação foi deliberado autorizar por unanimidade a celebração dos Aditamentos aos Acordos de Transferência de Competências e Autos de Transferência de recursos entre a Câmara Municipal e as quatro freguesias do Município, que procedem à atualização dos recursos financeiros e aditamentos por alteração dos respetivos objetos, nos termos constantes da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 01 de junho de 2026. (Ponto 6)

PONTO 7 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÈRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento:

Chamada a pronunciar-se, **a sra. Presidente da Câmara Municipal** não efetuou qualquer desenvolvimento adicional, tratando-se de uma informação prestada ao abrigo da autorização genérica anteriormente concedida pela Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais e correspondente delegação de competências.

Não se registaram inscrições para a discussão do Ponto. Foi tomado conhecimento pela Assembleia Municipal.

PONTO 8 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita da sra. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação vigente:

A sra. Presidente da Câmara Municipal informou que se encontrava disponível para prestar todos os esclarecimentos considerados necessários pelos membros da Assembleia Municipal relativamente à atividade desenvolvida pelo Município e à respetiva situação financeira, remetendo para o relatório previamente distribuído.

Para o debate, inscreveram-se os seguintes eleitos: André Porto, Pedro Gonçalves, Daniel Manuel, Marta Salsinha.

O eleito André Porto (PS) questionou a capacidade de resposta do Município ao crescimento previsto, referindo dificuldades nos processos de urbanismo e solicitando esclarecimentos sobre recursos humanos e medidas para recuperação de atrasos.

O eleito Pedro Gonçalves (CDS-PP) destacou a evolução positiva dos indicadores financeiros, o desenvolvimento de projetos na área da habitação e a apresentação do projeto e do avanço da candidatura para a nova Escola Secundária de Samora Correia, solicitando que a sra. Presidente da Câmara Municipal explicasse como conseguiu alcançar todos esses objetivos em tão pouco tempo.

Alertou, ainda, para dificuldades de funcionamento da CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente.

O eleito Daniel Manuel (PSD) questionou o impacto da nova organização da Feira de Benavente na participação das associações locais e na continuidade de iniciativas tradicionalmente promovidas pelo movimento associativo.

A eleita Marta Salsinha (PS) questionou, igualmente, a ausência de passadeiras em determinadas zonas habitacionais de Benavente e criticou a diminuição do envolvimento municipal em iniciativas relacionadas com a saúde.

A sra. Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram suscitadas:

Ao eleito André Porto informou que a Câmara Municipal estava a fazer o seu caminho, preparando-se para a fase de crescimento que se anuncia.

Recordou que, no anterior mandato, a **habitação** foi um setor onde não foi feito qualquer avanço prático, ao contrário do atual que, em tão pouco tempo, já procedeu à entrega de casas reabilitadas, ainda que tenha estado limitado aos prazos previstos, ao nível do PRR.

Garantiu que os processos aprovados continuavam em desenvolvimento, estando o Município empenhado na execução dos investimentos previstos e no cumprimento dos respetivos calendários, sublinhando a importância destes programas para o aumento da oferta habitacional no concelho.

Relativamente às questões relacionadas com o **urbanismo e licenciamentos**, referiu que o Município se encontrava a desenvolver um processo de reorganização interna dos serviços, reconhecendo a necessidade de melhorar a capacidade de resposta e de reduzir os tempos de apreciação dos processos. Informou que estavam em curso medidas destinadas ao reforço dos recursos humanos na melhoria da organização dos serviços técnicos, tendo em vista responder aos desafios decorrentes do crescimento expectável do concelho, sobre as quais tem estado a receber um feedback favorável por parte de muitos dos munícipes.

Salientou que desde o anúncio formal do novo Aeroporto, o Município tem vindo a aumentar o seu nível de atratividade, não só pela sua localização estratégica, como também pelas infraestruturas rodoviárias de que dispõe, sendo prova disso as inúmeras reuniões que tem vindo a manter com muitos investidores, de todas as áreas, que perspetivam um período de grande incremento para o Concelho.

Nesse sentido, referiu-se à construção da futura **Escola Secundária de Samora Correia**, destacando o feito da concretização do projeto em, apenas, sete meses de mandato, no valor de cerca de 200 mil euros, a par do avanço do processo de candidatura, que foi submetido a 27 de junho passado, três dias antes do prazo final, a 30/6.

Realçou a importância estratégica desse investimento, no valor de cerca de 20 milhões de euros, financiado pelo BEI-Banco Europeu de Investimentos, para responder às necessidades educativas da população escolar da freguesia e da região envolvente.

Referiu que o Município continuava a acompanhar o processo junto das entidades competentes, considerando a construção da escola como uma prioridade do mandato, dada a exigência de uma resposta

gradual, mas sustentada, para fazer face ao crescimento populacional que se tem vindo a registar, ao nível dos equipamentos públicos e das infraestruturas municipais.

Quanto às preocupações em relação ao funcionamento da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)**, esclareceu que as dificuldades verificadas decorriam, essencialmente, da indisponibilidade temporária de representantes de algumas entidades parceiras, motivada por situações de ausência prolongada, não resultando de insuficiência da participação municipal.

Acrescentou que o Município reconhecia a necessidade de dotar a Comissão de instalações mais adequadas, garantindo melhores condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, de privacidade no acompanhamento das famílias e de condições dignas para o exercício das respetivas funções, informando que essa necessidade continuava a ser acompanhada pelo Executivo.

Relativamente às questões colocadas sobre **mobilidade e segurança rodoviária**, designadamente a inexistência de passadeiras em determinados locais, informou que os serviços municipais continuavam a proceder ao levantamento das necessidades existentes em matéria de passadeiras sobrelevadas, de reorganização do trânsito e de melhoria das condições de circulação.

Reiterou a informação de que uma empreitada anteriormente adjudicada sobre a matéria registara incumprimentos por parte do empreiteiro, encontrando-se a ser acompanhada pelos serviços jurídicos municipais, de modo a ser encontrada uma solução.

Informou, ainda, que haviam sido realizadas reuniões técnicas com a GNR, os serviços municipais e as Juntas de Freguesia de Samora Correia e de Benavente, destinadas à identificação das intervenções prioritárias em matéria de segurança rodoviária e de reorganização da circulação automóvel.

No tocante à **Feira da Saúde**, esclareceu que a iniciativa passara a ser organizada em colaboração com a Junta de Freguesia de Benavente, tendo sido realizada em instalações consideradas mais adequadas, no Centro Cultural de Benavente, solução que merecera uma apreciação positiva por parte das entidades participantes e envolvidas.

Garantiu que as associações locais continuariam a desempenhar um papel ativo na organização dos principais eventos municipais, designadamente, da **Feira Anual de Benavente**, mantendo-se a colaboração habitual com o movimento associativo do concelho, ainda que com um cunho diferente do que era habitual.

Nesse sentido, abordou o novo modelo de organização dos principais eventos municipais, reafirmando que o recurso a parcerias institucionais e à contratação de serviços especializados tinha como objetivo reduzir a sobrecarga de trabalho dos funcionários municipais, evitando a afetação permanente de trabalhadores a tarefas de montagem e desmontagem de eventos em detrimento dos serviços essenciais prestados diariamente à população, permitindo que estes se concentrassem nas respetivas funções permanentes sem prejuízo da qualidade dos eventos promovidos pelo Município.

Sublinhou que essa orientação procurava compatibilizar a valorização dos trabalhadores municipais com a realização de eventos de maior qualidade, inspirando-se em modelos organizativos adotados por outros Municípios do País.

Concluiu, reiterando que, apesar das limitações decorrentes da morosidade dos procedimentos administrativos e legais, o Executivo permanecia empenhado na concretização dos compromissos assumidos, prosseguindo uma estratégia de desenvolvimento sustentado para o concelho e de melhoria contínua dos serviços municipais.

Esclareceu ainda que, durante o mês de junho, tinham sido processados os apoios financeiros destinados às duas **Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho**, respeitantes ao ano de 2024 e que no mês de julho seriam pagos os apoios referentes ao ano de 2025. Assinalou que a regularização dessa situação constituía um marco importante que permitirá assegurar a continuidade da atividade e o reforço da capacidade operacional destas instituições, cuja missão considerou essencial para a proteção e a segurança das populações.

Concluídos os esclarecimentos por parte da sra. Presidente da Câmara Municipal, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrado o PERÍODO DA ORDEM DO DIA e concedeu a palavra à sra. Primeira Secretária da Mesa, Cristina Branco, para proceder à leitura da MINUTA DA ATA da sessão.**

Lida a Minuta da ATA, foi a mesma submetida a votação, **tendo sido aprovada por unanimidade**, constituindo o **Anexo número três** à presente ata, da qual faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença de todos e o seu contributo para o bom desenrolar dos trabalhos. Deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e vinte minutos, da qual para constar e para os demais efeitos se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária subsequente, realizada no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e seis, tendo sido aprovada, por unanimidade, após o que foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e, por mim, Maria Clara C. Parracho S. Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

Assinado por: Luís Miguel Neves Feitor
Num. de Identificação: BI09285777
Data: 01-10-2026 15:43:26 +01:00

CHAVE MÓVEL

-Luís Miguel Neves Feitor-

município
BENAVENTE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

A Primeira-Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

Assinado por: **Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco**
Num. de Identificação: 05388390
Data: 2026.10.06 10:38:32+01'00'

-Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco-

O Segundo-Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

Assinado por: **Armando Batista de Almeida**
Num. de Identificação: 13862586
Data: 2026.10.06 11:02:56+01'00'

CHAVE MÓVEL

-Armando Batista de Almeida-

A Coordenadora Técnica

Assinado por: **Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço**
Num. de Identificação: 05529808
Data: 2026.10.06 11:51:55+01'00'

-Maria Clara C. Parracho Silva Lourenço-.

Doc (1)

29-06-2026
Aprovado por:
Unanimidade
1ª Secretária da Mesa

(ANEXO 1)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

III sessão ordinária de 29 de junho de 2026

Recomendação à Câmara Municipal de Benavente

VERIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BOCAS-DE-INCÊNDIO NO CONCELHO

Considerando que as bocas-de-incêndio (marcos de água e hidrantes) desempenham um papel absolutamente crítico e vital na proteção de pessoas e bens, garantindo o abastecimento rápido de água aos corpos de bombeiros em caso de sinistro;

Sendo do conhecimento público que a gestão, manutenção e garantia do bom funcionamento da rede de abastecimento de água e das respetivas infraestruturas – onde se incluem as bocas-de-incêndio – é da responsabilidade da entidade gestora **Águas do Ribatejo, EIM, SA**;

Constatando-se, contudo, a necessidade fulcral de garantir que a totalidade destes equipamentos no concelho de Benavente se encontra plenamente operacional, com a pressão e o caudal adequados para responder a qualquer situação de emergência;

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, reunida em sessão ordinária no dia 29 de junho de 2026, ao abrigo do artigo 25º, nº2 alíneas a) e k) da subsecção I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal de Benavente que:

- **Diligencie e articule com urgência** junto da administração da *Águas do Ribatejo* uma calendarização para a verificação, teste e manutenção preventiva de todas as bocas-de-incêndio instaladas no concelho.
- **Solicite a criação de um canal de comunicação direto** e ágil entre a autarquia, a *Águas do Ribatejo* e os Corpos de Bombeiros Voluntários locais, permitindo a sinalização rápida de anomalias (como falta de pressão, fugas ou vandalismo) e a respetiva reparação prioritária.
- **Promova um mapeamento e inventariação atualizada** destes equipamentos, disponibilizando essa informação às forças de socorro para otimizar o tempo de resposta em caso de incêndio.

A segurança e a salvaguarda da nossa comunidade dependem da cooperação ágil e eficaz entre as entidades envolvidas.

Benavente, 29 de junho de 2026

O Grupo Municipal do Partido Chega

Catarina Correia Pestre

Cristina Brás

Paula Abreu

Doc. (2)

Aprovado por Unanimidade
A 1ª Secretária da A.M.
29.06.2026

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Programa "Espaço Público + Organizado"

Pela promoção do procedimento conducente à elaboração de um Regulamento Municipal para a Gestão Integrada das Infraestruturas Técnicas no Espaço Público

(ANEXO 2)

Considerandos

O concelho de Benavente tem conhecido um crescimento demográfico, urbano e económico muito significativo, particularmente nas freguesias de Samora Correia, Benavente e Porto Alto. Este crescimento exige uma gestão cada vez mais eficiente do espaço público e das infraestruturas que nele se encontram instaladas.

Ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento das redes de comunicações eletrónicas, distribuição de energia, iluminação pública e outras infraestruturas técnicas foi sendo realizado por diferentes entidades, respondendo às necessidades da população e das empresas. Contudo, essa evolução ocorreu, em muitos casos, de forma sucessiva e sem uma estratégia integrada de gestão do espaço público.

Em diversos locais do concelho é hoje visível a acumulação de cablagem aérea, caixas técnicas e outras infraestruturas, com impacto na paisagem urbana, na valorização do território e na organização do espaço público.

O Município de Benavente aprovou, em 2013, o Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público Relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas (Edital n.º 605/2013), que estabeleceu os procedimentos aplicáveis à ocupação do domínio público municipal para instalação de infraestruturas de redes elétricas, de comunicações eletrónicas, de gás e de águas e esgotos. Esse instrumento representou, à data, um passo relevante na disciplina do espaço público municipal.

Contudo, decorrida mais de uma década, e face às profundas transformações entretanto verificadas, esse regulamento revela-se insuficiente para os desafios atuais. O crescimento urbano acelerado do concelho, a multiplicação de operadores e tecnologias, a entrada em vigor de novo quadro legal para as comunicações eletrónicas, e a ausência de mecanismos de coordenação entre entidades gestoras justificam a sua revisão e modernização. A simples aplicação do regulamento vigente não tem impedido a acumulação de infraestruturas visualmente dissonantes nem promovido a integração urbanística que o concelho hoje exige.

Sem colocar em causa a importância destas infraestruturas, nem as competências legalmente atribuídas ao Estado, à ANACOM ou aos respetivos operadores, entende-se que o Município deve dispor de instrumentos atualizados que permitam uma melhor coordenação das intervenções no domínio público municipal, promovendo uma maior integração urbana, uma melhor articulação entre entidades e uma utilização mais eficiente do espaço público.

Vários municípios portugueses percorreram este caminho de atualização regulamentar. O Município de Lisboa dispõe de regulamentação específica para a gestão das infraestruturas em espaço público. Os Municípios de Almeirim e Odivelas aprovaram igualmente regulamentos aplicáveis às obras e intervenções no espaço público relativas à instalação e conservação destas infraestruturas. Mais recentemente, o Município do Montijo aprovou um projeto de regulamento específico relativo às infraestruturas aptas ao

alojamento de redes de comunicações eletrónicas, dando início ao respetivo procedimento administrativo.

Estas experiências demonstram que é possível compatibilizar o desenvolvimento das infraestruturas tecnológicas com uma gestão mais eficiente do domínio público municipal, respeitando integralmente o quadro legal em vigor.

Considerando que a Constituição da República Portuguesa reconhece às autarquias locais autonomia regulamentar e que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribui aos municípios competências na gestão do domínio público e no ordenamento do território, entende-se existir fundamento para que o Município de Benavente proceda à revisão e modernização do seu instrumento regulamentar, adaptando-o à realidade atual do concelho.

A Assembleia Municipal de Benavente recomenda à Câmara Municipal que:

Primeiro Proceda ao levantamento técnico das infraestruturas técnicas instaladas no domínio público municipal, identificando as situações suscetíveis de reorganização, requalificação ou melhoria da sua integração urbana.

Segundo Promova a articulação institucional com a ANACOM, operadores de comunicações eletrónicas, operadores de distribuição de energia e demais entidades gestoras de infraestruturas, tendo em vista a definição de boas práticas de utilização e gestão do espaço público.

Terceiro Delibere dar início ao procedimento administrativo conducente à revisão e modernização do Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público (Edital n.º 605/2013), com vista à elaboração de um Regulamento Municipal para a Gestão Integrada das Infraestruturas Técnicas no Espaço Público, destinado a estabelecer princípios e regras relativas, designadamente, a:

a) ocupação do domínio público municipal;

b) coordenação das intervenções entre diferentes entidades gestoras;

c) integração urbanística e minimização do impacto visual das infraestruturas;

d) procedimentos aplicáveis às intervenções no espaço público;

e) reposição das áreas intervencionadas;

f) identificação e tratamento das infraestruturas desativadas ou sem utilização, nos termos legalmente admissíveis;

g) incentivo à adoção de soluções subterrâneas sempre que técnica, económica e legalmente viável.

Quarto Dê conhecimento à Assembleia Municipal das diligências efetuadas e da evolução do procedimento.

Conclusão

O Programa "Espaço Público + Organizado" pretende promover uma gestão moderna, coordenada e sustentável das infraestruturas técnicas instaladas no domínio público municipal, atualizando o quadro regulamentar existente e adaptando-o às exigências do presente. O objetivo não é criar do nada, mas fazer melhor o que já existe, com mais rigor e mais visão.

O crescimento do concelho deve medir-se não apenas pelo número de habitantes ou de novas construções, mas também pela qualidade do espaço público que deixamos às gerações futuras.

Benavente,26 de junho de 2026

O Deputado Municipal do
CDS – Partido Popular

(ANEXO 3)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3ª Sessão Ordinária de 29 de junho de 2026 - Mandato 2026 – 2029

Hora de início: 18:36h

Hora de termo: 22:20h

NÚMERO DE PRESENÇAS: 23 eleitos

PPD/PSD: Luís Miguel Neves Feitor, Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco, Armando Batista de Almeida, Miguel de Oliveira Gonçalves, Rui Carlos Carvalho Feijoca e Daniel Alexandre Custódio Manuel.

CHEGA: José Frederico Abecassis Dotti, Catarina Correia Mestre, Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Bruno Manuel Soares Nepomuceno, Paula Cristina da Costa Abrantes Almeida e Augusto Alves Marques.

CDU: António Paulo Ramos dos Reis, Rogério da Silva Justino e Joaquim Correia Castanheiro.

PS: André Filipe Martins Porto, Marta Isabel Salsinha Rita e Carlos Luís Lopes Henriques.

Presidentes das Juntas de Freguesia de Benavente: Ivete Belo Mateus (PSD); **de Samora Correia:** Jorge Manuel da Silva Paiva (PSD); **e da Barrosa:** Nelson José Pedro Lúcio (CDU).

FALTAS: Justificaram as ausências os eleitos Inês Alexandra David da Silva Bastos, do Grupo Municipal do CDS/PP, que foi substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves, Joaquim José Pereira Madruga, do Grupo Municipal da CDU, que foi substituído por Domingos Manuel Marques David Pereira e Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, do Grupo Municipal do PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, que não foi substituído, por impossibilidade dos restantes membros do Executivo da Junta o poderem fazer.
A eleita Ana Sofia Pederneira (CDU) não compareceu a esta sessão, nem, até ao momento, apresentou justificação da sua ausência.

OBSERVAÇÕES: Compareceram, também, a esta sessão a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e os Srs. Vereadores Paulo Sérgio Correia Abreu, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, Hélio Manuel Faria Justino e Carlos Hipólito Falua.
Os eleitos Ana Paula Almeida (CHEGA), Rogério Justino e Nelson Lúcio (CDU) deram entrada na sessão, a primeira às 18:41h e os dois últimos às 18:50h.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Carla Alves – em representação do Mais Samora–Movimento pela Restauração do Concelho de Samora Correia e Alexandra Martins – em representação da Associação Família D'Estrada.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3ª Sessão Ordinária de 29 de junho de 2026 - Mandato 2026 – 2029

PONTO N.º 1	**APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – EXERCÍCIO DE 2025** – Apreciação e eventual aprovação, nos termos conjugados da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação atual e do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na redação atual:					
APROVAR	X			**FAVOR**	23	8 PSD, 1 CDS, 6 CHEGA, 5 CDU, 3 PS.
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**	X	**CONTRA**		
RATIFICAR		**MAIORIA**		**ABSTENÇÃO**		
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**		

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – EXERCÍCIO DE 2025.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.

PONTO N.º 2	PROPOSTA DE TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação atual:					
APROVAR	X			FAVOR	18	8 PSD, 1 CDS, 6 CHEGA, 3 PS
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE		CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	X	ABSTENÇÃO	5	CDU
RETIRAR DA OT				QUALIDADE		

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR A PROPOSTA DE TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.

Os eleitos Rogério Justino, do Grupo Municipal da CDU e Cristina Brandão, do Grupo Municipal do Chega, apresentaram declarações de voto orais.

PONTO N.º 3	**PROPOSTA DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2026 -** Apreciação e eventual aprovação, nos termos conjugados da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual e do n.º 4 do art.º 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06:					
APROVAR	X			**FAVOR**	23	8 PSD, 1 CDS, 6 CHEGA, 5 CDU, 3 PS.
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**	X	**CONTRA**		
RATIFICAR		**MAIORIA**		**ABSTENÇÃO**		
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**		

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A PROPOSTA DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2026.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Paulo Reis – CDU.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.

PONTO N.º 4	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026 – Proposta de nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal das Contas do Município** – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual:					
APROVAR	X			**FAVOR**	23	8 PSD, 1 CDS, 6 CHEGA, 5 CDU, 3 PS.
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**	X	**CONTRA**		
RATIFICAR		**MAIORIA**		**ABSTENÇÃO**		
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**		

Deliberado por unanimidade nomear o auditor externo responsável pela certificação legal das Contas do Município, para o exercício de 2026, nos termos constantes do projeto de decisão da Câmara Municipal, aprovado em sua reunião ordinária de 15 de junho de 2026, referente ao processo DMGF_SOCA_053/2026, de 03 de junho de 2026.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.

PONTO N.º 5	**CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE - PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL** - Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual:						
APROVAR	X			**FAVOR**	23	**8 PSD, 1 CDS, 6 CHEGA, 5 CDU, 3 PS.**	
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**	X	**CONTRA**			
RATIFICAR		**MAIORIA**		**ABSTENÇÃO**			
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**			

Deliberado autorizar por unanimidade a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas quatro freguesias do Município de Benavente, nos termos da proposta da Câmara Municipal n.º 17.523/2026 de 27 de maio, aprovada em sua reunião ordinária de 01 de junho de 2026.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.

PONTO N.º 6	**ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ENTRE O MUNICÍPIO E AS FREGUESIAS DA BARROSA; DE BENAVENTE, DE SAMORA CORREIA E DE SANTO ESTEVÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO, CONJUGADAMENTE, NO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30/04, E NA LEI N.º 50/2018, DE 16/10 – ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOIS FINANCEIROS E ADITAMENTOS POR ALTERAÇÃO DOS RESPETIVOS OBJETOS – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL** - Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual:

APROVAR	X			**FAVOR**	23	8 PSD, 1 CDS, 6 CHEGA, 5 CDU, 3 PS.
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**	X	**CONTRA**		
RATIFICAR		**MAIORIA**		**ABSTENÇÃO**		
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**		

Deliberado autorizar por unanimidade a celebração dos Aditamentos aos Acordos de Transferência de competências e Autos de Transferência de recursos entre a Câmara Municipal e as quatro freguesias do Município, que procedem à atualização dos recursos financeiros e aditamentos por alteração dos respetivos objetos, nos termos constantes da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 01 de junho de 2026.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.

APROVAÇÃO EM MINUTA					
APROVAR	X		FAVOR	23	8 PSD, 1 CDS, 6 CHEGA, 5 CDU, 3 PS.
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE X	CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO		
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		

Aprovadas, por UNANIMIDADE, em MINUTA, as deliberações, podendo as mesmas adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos artigos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente Minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de **oito**, rubricadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, Luís Miguel Neves Feitor, pela Primeira Secretária da Mesa, Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco, pelo Segundo Secretário da Mesa, Armando Batista de Almeida e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente

Assinado por: **Luís Miguel Neves Feitor**
Num. de Identificação: 09285777
Data: 2026.06.30 15:05:45+01'00'

(Luís Miguel Neves Feitor)

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

Assinado por: **Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco**
Num. de Identificação: 05388390
Data: 2026.06.30 16:42:09+01'00'

(Cristina Maria de Carvalho Borges S. Branco))

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

Assinado por: **Armando Batista de Almeida**
Num. de Identificação: 13862586
Data: 2026.06.30 17:00:02+01'00'

(Armando Batista de Almeida)

A Coordenadora Técnica do Município,

Assinado por: **Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço**
Num. de Identificação: 05529808
Data: 2026.06.30 17:09:52+01'00'

(Maria Clara C. Parracho S. Lourenço)